

Ofício n.º 0881 2013

Cruz, 25 de Junho de 2013.

**ODAIR JOSÉ MENDES DE VASCONCELOS**, na qualidade de Prefeito Municipal de Cruz, VEM, respeitosamente, à presença de V. Exa., em cumprimento aos dispositivos contidos no **Art. 9º da Instrução Normativa Nº 01/2007 e Art. 4º da Instrução Normativa 02/2008** desse Egrégio Tribunal de Contas, ENCAMINHAR, para exame e apreciação da legalidade, a **LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2014**, aprovada pela Câmara Municipal de Cruz e sancionada pelo Poder Executivo sob o nº **455/2013, em 10 de junho de 2013.**

Sem mais para o momento, coloca-se à disposição dessa Colenda Corte de Contas para informações adicionais, aproveitando o ensejo para apresentar protestos de estima e consideração.

Respeitosamente,

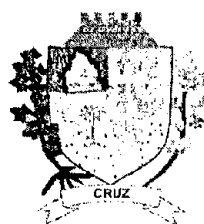


**ODAIR JOSÉ MENDES DE VASCONCELOS**  
Prefeito Municipal

Ao Exmo. Sr.  
**Dr. FRANCISCO DE PAULA ROCHA AGUIAR**  
Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios  
Estado do Ceará

SECRETARIA DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ  
02-JUN-2013 16:51:01.0003-2/2

UNIDADE DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ



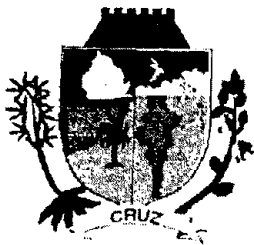
PREFEITURA DE  
**CRUZ**  
*Popular por natureza*

## **EDITAL DE PUBLICAÇÃO**

**A PREFEITA MUNICIPAL DE CRUZ, no uso de suas atribuições legais conferidas pelos Arts. 28, inciso X da Constituição do Estado do Ceará e art. 59 da Lei Orgânica do Município, VEM, através deste, tempestivamente, publicar a LEI Nº 455/2013, de 10 de junho 2013, que trata da LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO, para o exercício financeiro de 2014 no Flanelógrafo do Município de Cruz, com fundamento na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, conforme Decisão proferida no Recurso Especial Nº 105.232 (96/0056484-5/Ceará).**

**CRUZ, 10 de junho de 2013.**

**ODAIR JOSÉ MENDES DE VASCONCELOS**  
**Prefeito Municipal**



Prefeitura de  
**CRUZ**  
*Popular por Natureza*

LEI Nº. 455, DE 10 DE JUNHO DE 2013

**DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES  
PARA A ELABORAÇÃO DA LEI  
ORÇAMENTÁRIA PARA O  
EXERCÍCIO DE 2014, NA FORMA  
QUE INDICA E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.**

**ODAIR JOSÉ MENDES DE VASCONCELOS**,  
Prefeito Municipal de **CRUZ**, Estado do Ceará, faz saber a todos os  
habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a  
seguinte lei:

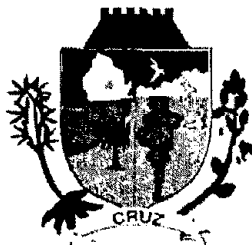
Art. 1º - O Orçamento do Município de **CRUZ**,  
Estado do Ceará, para o exercício de 2014, será elaborado e executado  
observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta  
lei, compreendendo:

- I - as Metas Fiscais;
- II - as Prioridades da Administração Municipal;
- III - a Estrutura dos Orçamentos;
- IV - as Diretrizes para a Elaboração do Orçamento do Município;
- V - as Disposições sobre a Dívida Pública Municipal;
- VI - as Disposições sobre Despesas com Pessoal;
- VII - as Disposições sobre Alterações na Legislação Tributária; e
- VIII - as Disposições Gerais.

**I - DAS METAS FISCAIS**

Art. 2º - Em cumprimento ao estabelecido no  
artigo 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, as metas  
fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da  
dívida pública para o exercício de 2014, estão identificados nos  
Demonstrativos I a VIII desta Lei, em conformidade com a Portaria nº 637,  
de 18 de outubro de 2012-STN.

*Handwritten signature*



**Prefeitura de**  
**CRUZ**  
*Popular por Natureza*

Art. 3º - A Lei Orçamentária Anual abrangerá as Entidades da Administração Direta e Indireta, esta, constituída pelas Autarquias, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista que recebem recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

Art. 4º - O Anexo de Riscos Fiscais, § 3º do art. 4º da LRF, foi incluído nos moldes do MANUAL DE DEMONSTRATIVOS FISCAIS DA PORTARIA Nº 637/2012- STN.

Art. 5º - Os Anexos de Riscos Fiscais e Metas Fiscais referidos nos Art. 2º e 3º desta Lei, constituem dos seguintes:

**VOLUME I**

Anexo de Riscos Fiscais e Anexo de Metas Fiscais

**ANEXO DE RISCOS FISCAIS**

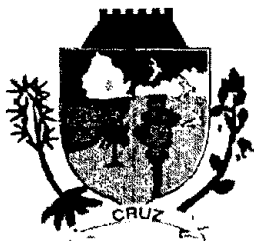
I- Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências

**ANEXO DE METAS FISCAIS**

- Demonstrativo I - Metas Anuais;
- Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
- Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;
- Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido;
- Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;
- Demonstrativo VI - Avaliação da Situação e Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores;
- Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita; e
- Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

Parágrafo Único - Os Demonstrativos referidos neste artigo serão apurados em cada Unidade Gestora e a sua consolidação constituirá nas Metas Fiscais do Município.

*AAAD*



**Prefeitura de**  
**CRUZ**  
*Popular por Natureza*

**RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS**

Art. 6º - Em cumprimento ao § 3º, do Art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, a Lei de Diretrizes Orçamentárias- LDO deverá conter o Anexo de Riscos Fiscais e Providências.

**METAS ANUAIS**

Art. 7º- Em cumprimento ao § 1º, do art. 4º, da Lei Complementar nº 101/2000, o Demonstrativo I - Metas Anuais será elaborado em valores Correntes e Constantes, relativos às Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal e Montante da Dívida Pública, para o Exercício de Referência 2014 e para os dois seguintes.

§ 1º - Os valores correntes dos exercícios de 2014, 2015 e 2016 deverão levar em conta a previsão de aumento ou redução das despesas de caráter continuado, resultantes da concessão de aumento salarial, incremento de programas ou atividades incentivadas, inclusão ou eliminação de programas, projetos ou atividades. Os valores constantes, utilizam o parâmetro Índice Oficial de Inflação Anual, dentre os sugeridos pela Portaria nº 637/2012 da STN.

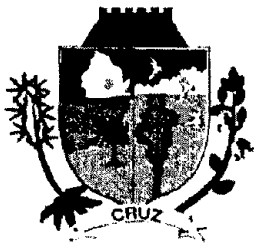
§ 2º - Os valores da coluna "% PIB" serão calculados mediante a aplicação do cálculo dos valores correntes, divididos pelo PIB Estadual, multiplicados por 100.

**AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR**

Art. 8º - Atendendo ao disposto no § 2º, inciso I, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior, tem como finalidade estabelecer um comparativo entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício orçamentário anterior, de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, incluindo análise dos fatores determinantes do alcance ou não dos valores estabelecidos como metas.

§ 1º - A elaboração deste Demonstrativo pelos municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes se restringe

AAAD



**Prefeitura de**  
**CRUZ**  
*Popular por Natureza*

àqueles que tenham elaborado metas fiscais em exercícios anteriores a 2005.

**METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES**

Art. 9º - De acordo com o § 2º, item II, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores, de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, deverá estar instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da Política Econômica Nacional.

§ 1º - A elaboração deste Demonstrativo pelos municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes se restringe àqueles que tenham elaborado metas fiscais em exercícios anteriores a 2005.

§ 2º - Objetivando maior consistência e subsídio às análises, os valores devem ser demonstrados em valores correntes e constantes, utilizando-se os mesmos índices já comentados no Demonstrativo I.

**EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

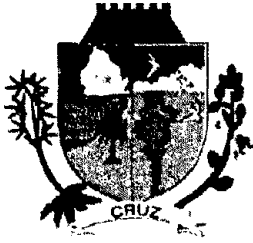
Art. 10º - Em obediência ao § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido, deve traduzir as variações do Patrimônio de cada Ente do Município e sua Consolidação.

Parágrafo Único - O Demonstrativo apresentará em separado a situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

**ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS**

Art. 11 - O § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, que trata da evolução do patrimônio líquido, estabelece também, que os

*AAAAS*



**Prefeitura de**  
**CRUZ**  
*Popular por Natureza*

recursos obtidos com a alienação de ativos que integram o referido patrimônio, devem ser reaplicados em despesas de capital, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral ou próprio dos servidores públicos. O Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos deve estabelecer de onde foram obtidos os recursos e onde foram aplicados.

Parágrafo Único - O Demonstrativo apresentará em separado a situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário

**AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DA PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS**

Art. 12 - Em razão do que está estabelecido no § 2º, inciso IV, alínea "a", do Art. 4º, da LRF, o Anexo de Metas Fiscais integrante da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, deverá conter a avaliação da situação financeira e atuarial do regime próprio dos servidores municipais, nos três últimos exercícios. O Demonstrativo VI - Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS, seguindo o modelo da Portaria nº 637/2012-STN, estabelece um comparativo de Receitas e Despesas Previdenciárias, terminando por apurar o Resultado Previdenciário e a Disponibilidade Financeira do RPPS.

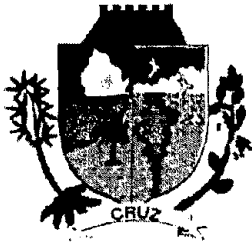
**ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA**

Art. 13 - Conforme estabelecido no § 2º, inciso V, do Art. 4º, da LRF, o Anexo de Metas Fiscais deverá conter um demonstrativo que indique a natureza da renúncia fiscal e sua compensação, de maneira a não propiciar desequilíbrio das contas públicas.

§ 1º - A renúncia compreende incentivos fiscais, anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção, alteração de alíquota ou modificação da base de cálculo e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

§ 2º - A compensação será acompanhada de medidas provenientes do aumento da receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

*AMP*



**Prefeitura de**  
**CRUZ**  
*Popular por Natureza*

**MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO.**

Art. 14 - O Art. 17, da LRF, considera obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

Parágrafo Único - O Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas de Caráter Continuado, destina-se a permitir possível inclusão de eventuais programas, projetos ou atividades que venham caracterizar a criação de despesas de caráter continuado.

**MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DE RECEITAS, DESPESAS, RESULTADO PRIMÁRIO, RESULTADO NOMINAL E MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA.**

**METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DAS RECEITAS E DESPESAS.**

Art. 15 - O § 2º, inciso II, do Art. 4º, da LRF, determina que o demonstrativo de Metas Anuais seja instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional.

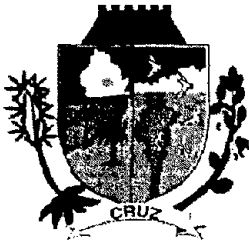
Parágrafo Único - De conformidade com a Portaria nº 637/2012-STN, a base de dados da receita e da despesa constitui-se dos valores arrecadados na receita realizada e na despesa executada nos três exercícios anteriores e das previsões para 2014, 2015 e 2016.

**METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO RESULTADO PRIMÁRIO.**

Art. 16 - A finalidade do conceito de Resultado Primário é indicar se os níveis de gastos orçamentários são compatíveis com sua arrecadação, ou seja, se as receitas não-financeiras são capazes de suportar as despesas não-financeiras.

*Handwritten signature*





**Prefeitura de**  
**CRUZ**  
*Popular por Natureza*

Parágrafo Único - O cálculo da Meta de Resultado Primário deverá obedecer à metodologia estabelecida pelo Governo Federal, através das Portarias expedidas pela STN - Secretaria do Tesouro Nacional, e às normas da contabilidade pública.

**METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO RESULTADO NOMINAL**

Art. 17 - O cálculo do Resultado Nominal deverá obedecer à metodologia determinada pelo Governo Federal, com regulamentação pela STN.

Parágrafo Único - O cálculo das Metas Anuais do Resultado Nominal deverá levar em conta a Dívida Consolidada, da qual deverá ser deduzido o Ativo Disponível, mais Haveres Financeiros, menos Restos a Pagar Processados, que resultará na Dívida Consolidada Líquida, que somada às Receitas de Privatizações e deduzidos os Passivos Reconhecidos, resultará na Dívida Fiscal Líquida.

**METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA**

Art. 18 - Dívida Pública é o montante das obrigações assumidas pelo ente da Federação. Esta será representada pela emissão de títulos, operações de créditos e precatórios judiciais.

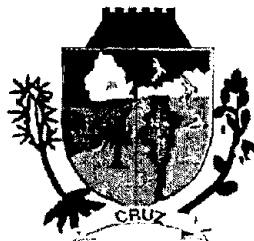
Parágrafo Único - Utiliza a base de dados de Balanços e Balancetes para sua elaboração, constituída dos valores apurados nos exercícios anteriores e da projeção dos valores para 2014, 2015 e 2016.

**II - DAS PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**

Art. 19 - As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2014, estão definidas e demonstradas no Plano Plurianual de 2014 a 2017, compatíveis com os objetivos e normas estabelecidas nesta lei.

§ 1º - Os recursos estimados na Lei Orçamentária para 2014 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas

*AAA*



**Prefeitura de**  
**CRUZ**  
**Popular por Natureza**

estabelecidas nos Anexos do Plano Plurianual não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 2º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2014, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

### **III - DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS**

Art. 20 - O orçamento para o exercício financeiro de 2014 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Outras, que recebam recursos do Tesouro e da Seguridade Social e será estruturado em conformidade com a Estrutura Organizacional estabelecida em cada Entidade da Administração Municipal.

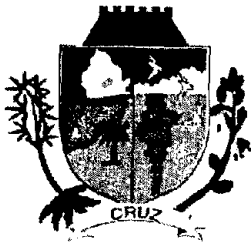
Art. 21 - A Lei Orçamentária para 2014 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, especificando aqueles vínculos a Fundos, Autarquias, e aos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias SOF/STN 42/1999 e 163/2001 e alterações posteriores, a qual deverão estar anexados os Anexos exigidos nas Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

Art. 22 - A Mensagem de Encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o art. 22, Parágrafo Único, inciso I da Lei 4.320/1964, conterà todos os Anexos exigidos na legislação pertinente.

### **IV - DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO**

Art. 23 - O Orçamento para exercício de 2014 obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Outras (arts. 1º, § 1º 4º I, "a" e 48 LRF).

*Handwritten signature*



**Prefeitura de**  
**CRUZ**  
*Popular por Natureza*

Art. 24 - Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2014 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios e a projeção para os dois seguintes (art. 12 da LRF).

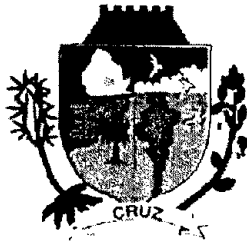
Parágrafo Único - Até 30 dias antes do prazo para encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal e do Ministério Público, os estudos e as estimativas de receitas para exercícios subseqüentes e as respectivas memórias de cálculo (art. 12, § 3º da LRF).

Art. 25 - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma *proporcional as suas dotações e observadas a fonte de recursos, adotarão o mecanismo de limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, para as dotações abaixo* (art. 9º da LRF):

- I - projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de transferências voluntárias;
- II - obras em geral, desde que ainda não iniciadas;
- III - dotação para combustíveis, obras, serviços públicos e agricultura; e
- IV - dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo Único - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, em cada fonte de recursos.

Art. 26 - As Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado em relação à Receita Corrente Líquida, programadas para 2014, poderão ser expandidas em até 5%, tomando-se por base as Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado fixadas na Lei Orçamentária Anual para 2014 (art. 4º, § 2º da LRF), conforme demonstrado em Anexo desta Lei.



**Prefeitura de**  
**CRUZ**  
*Popular por Natureza*

Art. 27 - Constituem Riscos Fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo Próprio desta Lei (art. 4º, § 3º da LRF).

§ 1º - Os riscos fiscais, casos se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver do Excesso de Arrecadação e do Superávit Financeiro do exercício de 2013.

§ 2º - Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara Municipal, propondo anulação de recursos ordinários alocados para outras dotações não comprometidas.

Art. 28 - O Orçamento para o exercício de 2014 destinará recursos para a Reserva de Contingência, não inferiores a 1% e nem superiores a 10% das Receitas Correntes Líquidas previstas (art. 5º, III da LRF). O Poder Executivo poderá abrir créditos adicionais suplementares, através da Lei específica, até o limite de 70 % (setenta por cento) do valor total do orçamento.

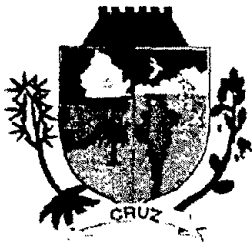
§ 1º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, obtenção de resultado primário positivo se for o caso, e também para abertura de créditos adicionais suplementares conforme disposto na Portaria MPO nº 42/1999, art. 5º e Portaria STN nº 163/2001, art. 8º (art. 5º III, "b" da LRF).

§ 2º - Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 30 de novembro de 2014, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 29 - Os investimentos com duração superior a 12 meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual (art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 30 - O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a

*AMP*



**Prefeitura de**  
**CRUZ**  
*Popular por Natureza*

programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal ou bimestral para as Unidades Gestoras, se for o caso (art. 8º da LRF).

Art. 31 - Os Projetos e Atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2014 com dotações vinculadas e fontes de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outras extraordinárias, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido (art. 8º, § parágrafo único e 50, I da LRF).

Art. 32 - A renúncia de receita estimada para o exercício de 2013, constante do Anexo Próprio desta Lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita (art. 4º, § 2º, V e art. 14, I da LRF).

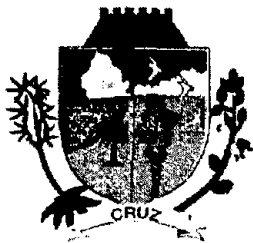
Art. 33 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica (art. 4º, I, "f" e 26 da LRF).

Parágrafo Único - As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 30 dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade municipal (art. 70, parágrafo único da Constituição Federal).

Art. 34 - Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o art. 16, itens I e II da LRF deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo Único - Para efeito do disposto no art. 16, § 3º da LRF, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2014, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação, fixado no item I do art. 24 da Lei nº 8.666/1993, devidamente atualizado (art. 16, § 3º da LRF).

*AMM*



**Prefeitura de**  
**CRUZ**  
*Popular por Natureza*

Art. 35 - As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferência voluntária e operação de crédito (art. 45 da LRF).

Art. 36 - Despesas de competência de outros entes da federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária (art. 62 da LRF).

Art. 37 - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2014 a preços correntes.

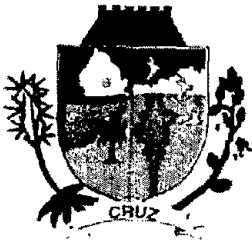
Art. 38 - A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001.

Parágrafo Único - A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal no âmbito do Poder Executivo e por Decreto Legislativo do Presidente da Câmara no âmbito do Poder Legislativo (art. 167, VI da Constituição Federal).

Art. 39 - Durante a execução orçamentária de 2014, se o Poder Executivo Municipal for autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das Unidades Gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2014 (art. 167, I da Constituição Federal).

Art. 40 - O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal, obedecerá ao estabelecido no art. 50, § 3º da LRF.

Parágrafo Único - Os custos serão apurados através de operações orçamentárias, tomando-se por base as metas fiscais



**Prefeitura de**  
**CRUZ**  
*Popular por Natureza*

previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício (art. 4º, "e" da LRF).

Art. 41 - Os programas priorizados por esta Lei e contemplados no Plano Plurianual, que integrarem a Lei Orçamentária de 2014 serão objeto de avaliação permanente pelos responsáveis, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios e avaliar seus custos e cumprimento das metas físicas estabelecidas (art. 4º, I, "e" da LRF).

#### **V - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL**

Art. 42 - A Lei Orçamentária de 2014 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento às Despesas de Capital, observado o limite de endividamento previsto em Resolução do Senado Federal.

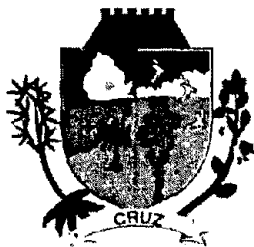
Art. 43 - A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica (art. 32, Parágrafo Único da LRF).

Art. 44 - Ultrapassado o limite de endividamento definido na legislação pertinente e enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira (art. 31, § 1º, II da LRF).

#### **VI - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL**

Art. 45 - O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2014, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreira, corrigir ou aumentar a remuneração de servidores, com atenção especial aos agentes de endemias, agentes de saúde, motoristas, técnicos de enfermagem, técnicos de laboratório e conselho tutelar, conceder vantagens, admitir pessoal, através de concurso público, a ser realizado e nomeações em decorrência de concursos já implementados, ou nomeação em caráter temporário na forma de lei, observados os limites e as regras da LRF (art. 169, § 1º, II da Constituição Federal).

*AAAD*



**Prefeitura de**  
**CRUZ**  
*Popular por Natureza*

Parágrafo Único - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2014.

Art. 46 - Ressalvada a hipótese do inciso X do artigo 37 da Constituição Federal, a despesa total com pessoal de cada um dos Poderes em 2014, Executivo e Legislativo, não excederá em Percentual da Receita Corrente Líquida, a despesa verificado no exercício de 2013, acrescida de 5%, obedecido o limites prudencial de 51,30% e 5,70% da Receita Corrente Líquida, respectivamente (art. 71 da LRF).

Art. 47 - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal não excederem a 95% do limite estabelecido no art. 20, III da LRF (art. 22, parágrafo único, V da LRF).

Art. 48 - O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na LRF (art. 19 e 20 da LRF):

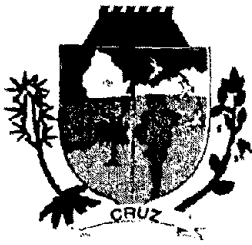
- I - eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- II - eliminação das despesas com horas-extras;
- III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 49 - Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o art. 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único - Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em

*AAA*





**Prefeitura de**  
**CRUZ**  
*Popular por Natureza*

outros elementos de despesa que não o "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

**VII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA**

Art. 50 - O Executivo Municipal, quando autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de empregos e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses benefícios ser considerados no cálculo do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subseqüentes (art. 14 da LRF).

Art. 51 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita (art. 14 § 3º da LRF).

Art. 52 - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação (art. 14, § 2º da LRF).

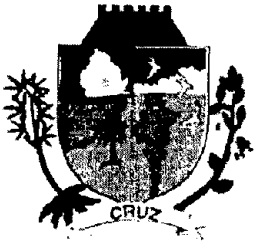
**VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 53 - O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o encerramento do período legislativo anual.

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "caput" deste artigo.

§ 2º - Se o projeto de lei orçamentária anual não for enviado à sanção até o início do exercício financeiro de 2014, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

*AMP*



**Prefeitura de**  
**CRUZ**  
*Popular por Natureza*

Art. 54 - Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivados por insuficiência de tesouraria.

Art. 55 - Os créditos especiais e extraordinários, abertos no último quadrimestre do exercício, poderão ser reabertos até 90 (noventa) dias do exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 56 - O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta, para realização de obras ou serviços de competência ou não do Município.

Art. 57 - Poderá ser incluído no orçamento anual para o exercício financeiro de 2014, fixação de custeio para despesas com Polícia e Poder judiciário, devidamente precedidas da celebração de convênio, bem como concessão de refeições, doações e suprimentos de fundo a fundo, conforme preconiza o art.62, I da Lei Complementar nº. 101/2000.

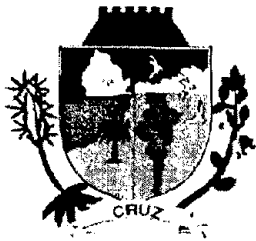
§ 1º- As refeições e lanches, quando necessárias- inclusive em datas comemorativas, serão concedidas em reuniões com autoridades de outras esferas administrativas, com membros da edilidade municipal, secretários e servidores públicos municipais.

§ 2º- As doações serão concedidas em caso de extrema necessidade, com controle e acompanhamento da Secretaria de Ação Social e Cidadania, através de processo devidamente formalizado.

Art. 58 - As metas e prioridades da Administração Pública para o exercício financeiro de 2014 serão especificados no anexo de metas físicas que é parte integrante desta lei, as quais terão precedência de recursos na Lei Orçamentária Anual, mas não se constituem em limite à programação das despesas.

§ 1º - As metas e prioridades constantes no anexo de que trata este artigo possui caráter apenas indicativo e não normativo,

*Handwritten signature*



**Prefeitura de**  
**CRUZ**  
*Popular por Natureza*

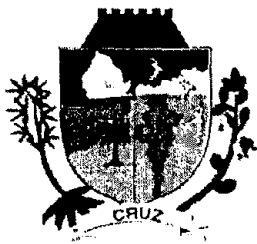
devendo servir de referência para o processo de planejamento municipal, podendo a lei orçamentária anual atualizá-las.

§ 2º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2014, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas, inclusive considerando as que se encontram em andamento de acordo com a identificação constante do PPA 2014-2017, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita prevista, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

Art. 59 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZ,**  
**ESTADO DO CEARÁ,** em 10 de junho de 2013.

**ODAIR JOSÉ MENDES DE VASCONCELOS**  
**PREFEITO MUNICIPAL**



**Prefeitura de**  
**CRUZ**  
*Popular por Natureza*

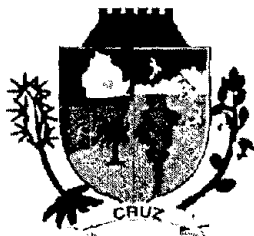
## **ANEXO DE PRIORIDADES**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZ**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

**EXERCÍCIO 2.014**

*AMM*



**Prefeitura de**  
**CRUZ**  
*Popular por Natureza*

**ANEXO DE PRIORIDADES**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZ**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**2.014**

PRELIMINARMENTE, o Governo Municipal apresenta de forma genérica as prioridades da Administração Pública de CRUZ para o Exercício Financeiro de 2.014, objetivando munir a quem de direito com as informações necessárias ao acompanhamento da elaboração e execução do Orçamento Anual do ano vindouro, conforme abaixo:

**DAS METAS PROGRAMÁTICAS**

**1 – LEGISLATIVA**

**Atividades / Projetos**

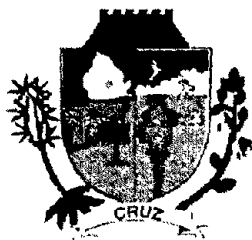
- a) Disponibilizar condições aos legisladores e demais colaboradores do Poder Legislativo Municipal à execução das atividades inerentes ao processo legislativo municipal.

**2 – ADMINISTRAÇÃO / PLANEJAMENTO / FINANÇAS**

**Atividades / Projetos**

- a) Promoção do uso das tecnologias de informação, estimulando o acesso aos serviços públicos por meios eletrônicos;
- b) Dotar a administração pública municipal de estruturas e ferramentas que promovam o incremento da arrecadação, utilizando dos meios técnicos mais eficazes;
- c) Melhoria da qualidade do gasto público, mediante o aperfeiçoamento e integração dos sistemas de planejamento, orçamento, finanças, contabilidade e patrimônio com controle e avaliação;
- d) Garantia da publicidade e da facilidade de acesso às informações dos atos da gestão pública municipal;

*AMC*



**Prefeitura de**  
**CRUZ**  
*Popular por Natureza*

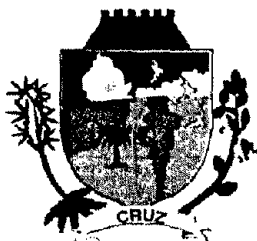
- e) Garantir a ampliação dos programas de capacitação de recursos humanos, fazendo parte do planejamento global da administração municipal;
- f) Capacitar servidores para gerar melhoria na prestação dos serviços públicos;
- g) Desenvolver ações que elevem o padrão da qualidade dos serviços municipais;
- h) Desenvolver programas objetivando a otimizar os serviços públicos de modo geral;
- i) Desenvolver o gerenciamento administrativo das Secretarias Municipais;
- j) Desenvolver ações de cooperação técnica com entes públicos e privados.

**3 – AGRICULTURA / MEIO AMBIENTE**

**Atividades / Projetos**

- a) Dar apoio aos Projetos de Agricultura, principalmente as ações em conjunto com os agricultores, incentivando a criação de Cooperativas Agrícolas, distribuindo sementes, prestando assistência técnica e material aos agricultores;
- b) Propiciar aradagem de terras dos agricultores e garantir a contrapartida do seguro safra;
- c) Apresentar alternativas na geração de novas oportunidades de rendas às famílias que residem na zona rural no âmbito do Município;
- d) Incentivo de forma sustentável e com ganhos progressivos de rentabilidade, na produção e comercialização de produtos oriundos da agricultura da região;
- e) Capacitação do produtor rural e dos técnicos do município;
- f) Apoio a Piscicultura através do peixamento de açudes;
- g) Aquisição de máquinas e implementos agrícolas;
- h) Ampliar e apoiar as unidades produtivas de abate de animais e fornecimento de alimentos;
- i) Assegurar programas voltados à conservação do Meio Ambiente;
- j) Assegurar a participação no consórcio de gerenciamento de resíduos sólidos;
- k) Fomentar o desenvolvimento da pesca e aqüicultura.

*AAAF*



**Prefeitura de**  
**CRUZ**  
*Popular por Natureza*

**4 – ASSISTÊNCIA SOCIAL / GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA :**

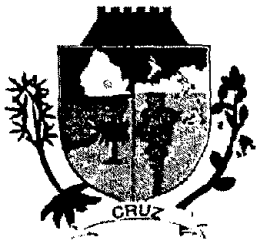
**Atividades / Projetos**

- a) Implementar programas de apoio aos idosos, grupos especiais e a criança e adolescente em situação de risco social e pessoal;
- b) Implementar programas de geração de emprego e melhoria de renda;
- c) Implementar programas de apoio à organização comunitária e assistencial;
- d) Implementar programa de habitação popular destinado à população de baixa renda;
- e) Dar ênfase à promoção, organização e legalização das entidades, valorizando lideranças e Associações Comunitárias;
- f) Desenvolver ações integradas relacionadas com qualificação profissional, desenvolvimento econômico, empreendedorismo, financiamento de micro e pequenos negócios e intermediação de postos de trabalho;
- g) Realizar parcerias para a implantação de cursos profissionais e de reciclagem de mão de obra;
- h) Conceder auxílio, através de convênio, a entidades sem fins lucrativos a fim de que possam promover atividades culturais, educacionais e assistenciais;
- i) Assegurar ações de defesa civil a atendimento às situações emergenciais e calamitosas;
- j) Assegurar ações de valorização e inclusão social da mulher;
- k) Apoiar o funcionamento dos conselhos municipais.

**5 - SEGURANÇA PÚBLICA**

**Atividades / Projetos**

- a) Firmar Convênio com a Polícia Militar / Civil, para garantir a segurança da população e do Município;
- b) Assegurar juntamente com o Governo do Estado, condições de segurança a integridade física, moral e patrimonial aos moradores e visitantes da Cidade;



**Prefeitura de**  
**CRUZ**  
*Popular por Natureza*

- c) Promoção de parcerias com a sociedade civil para implementação de programas capazes de enfrentar as desigualdades sociais com conseqüente combate a violência urbana e rural;
- d) Priorização da arte, cultura, esporte e lazer na formulação das políticas voltadas a retirar crianças e adolescentes da situação de risco social;
- e) Promoção de políticas e ações estruturais que possam garantir a presença da Prefeitura nas regiões mais fragilizadas.

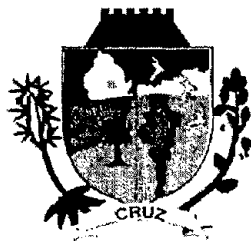
**6 – EDUCAÇÃO / CULTURA / DESPORTO**

**Atividades / Projetos**

- a) Promover a construção, ampliação e reforma das unidades físicas da Rede de Ensino, principalmente do Fundamental;
- b) Garantir a implantação de novas unidades de creches no Município;
- c) Melhorar a qualidade de ensino, envolvendo a capacitação e a valorização dos profissionais de educação e a implantação de um planejamento educacional eficiente que estimule um melhor desempenho desses profissionais e a assiduidade dos alunos;
- d) Implementar Programas de Apoio ao ensino para jovens e adultos e à educação especial, compreendendo inclusive, a distribuição de merenda escolar, de livros didáticos e de material de apoio pedagógico;
- e) Dotar as unidades escolares de equipamentos adequados ao ensino;
- f) Assegurar a gestão da política de desenvolvimento científico e tecnológico;
- g) Distribuir livros didáticos e material escolar aos alunos carentes do Município;
- h) Proporcionar o transporte de estudantes, atendidos os do ensino Fundamental;
- i) Promoção da produção e da difusão de bens e serviços culturais e religiosos privilegiando os grupos locais;
- j) Valorização das diversas manifestações culturais e religiosas da Cidade através da conservação, ampliação e reforma de equipamentos culturais;
- k) Promoção da cultura local, como fator de desenvolvimento econômico, social e de preservação do meio ambiente;
- l) Promover, apoiar e organizar eventos esportivos;

*AAA*





**Prefeitura de**  
**CRUZ**  
*Popular por Natureza*

- m) Assegurar recursos e meios para construção e reforma de campos e quadras esportivas.

**7 - ENERGIA / RECURSOS MINERAIS**

**Atividades / Projetos**

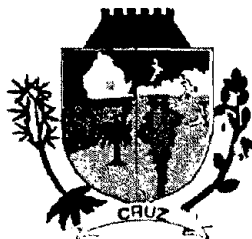
- a) Ampliar a rede de abastecimento d'água, envolvendo a construção de poços, cacimbas, chafarizes, açudecos e passagens molhadas;
- b) Ampliar, com a colaboração dos governos estadual e federal, a rede de energia elétrica em vários locais da municipalidade;
- c) Desenvolver pequenos sistemas de irrigação;
- d) Ampliar o sistema de telecomunicação em diversas localidades do Município.

**8- HABITAÇÃO / URBANISMO**

**Atividades / Projetos**

- a) Implantar as melhorias do sistema viário, praças públicas, incluindo a drenagem urbana;
- b) Garantir obras de construção, ampliação e melhorias nos prédios públicos;
- c) Melhorar a urbanização de vias públicas;
- d) Garantir serviços de iluminação pública;
- e) Garantia do uso e da ocupação ordenada dos espaços urbanos, com sustentabilidade social, econômica e ambiental;
- f) Produção habitacional, urbanização e saneamento básico em atendimento a demanda reprimida;
- g) Promover ações que reduzam o déficit habitacional;
- h) Promover a regularização das unidades habitacionais da população de baixa renda;
- i) Estabelecer espaços populares que garantam a autonomia da sociedade e a consolidação do conceito de habitação com desenvolvimento sustentável;
- j) Realizar obras de recuperação e construção de praças públicas.

*Handwritten signature*



**Prefeitura de**  
**CRUZ**  
*Popular por Natureza*

**9 – INDÚSTRIA / COMÉRCIO / SERVIÇOS**

**Atividades / Projetos**

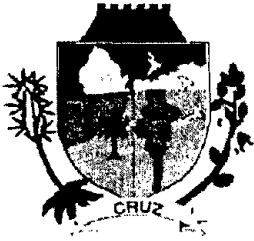
- a) Incentivar a implantação de indústrias no Município;
- b) Incentivar o Turismo local;
- c) Implementar programas de geração de emprego e melhoria de renda;
- d) Implementar programas de apoio ao micro-empresário e de fomento ao comércio varejista / atacadista e serviços;
- e) Promover ações que visem melhorar a qualidade dos serviços ofertados à população;
- f) Garantir à população aquisição de alimentos, produtos e serviços em local limpo e adequado (Matadouro e Mercado).
- g) Implantar e operacionalizar feiras livres.

**10 - SAÚDE / SANEAMENTO**

**Atividades / Projetos**

- a) Promoção da capacitação continuada dos profissionais na área de saúde;
- b) Promover o acesso igualitário, geral e irrestrito à saúde mediante a qualificação dos serviços de saúde, garantindo a proteção contra os riscos de doenças, buscando a atualização científica e tecnológica;
- c) Desenvolvimento de mecanismos de gestão, avaliação e controle dos serviços públicos de saúde;
- d) Eficiência e eficácia na aplicação de recursos públicos em saúde;
- e) Melhorar o atendimento primário e secundário de saúde, mediante construção, ampliação, reforma e aparelhamento de unidades da rede física de saúde do município;
- f) Contratar profissionais da área de saúde para melhor atender à população, especialmente junto ao Programa de Saúde da Família;
- g) Promover ações preventivas de saúde social e sanitária dos núcleos de agregação comunitária do Município;
- h) Assegurar recursos destinados à alimentação e nutrição das crianças e gestantes em risco nutricional;
- i) Ampliação e manutenção dos serviços de Odontologia;
- j) Assegurar o atendimento emergencial às famílias que encontram-se em situação de fragilidade;

AAAAA



**Prefeitura de**  
**CRUZ**  
*Popular por Natureza*

- k) Promover as melhorias sanitárias domiciliares em áreas periféricas para a população de baixa renda;
- l) Melhorar o sistema de abastecimento d'água tratada;
- m) Propiciar o sistema de destino final do lixo ;
- n) Desenvolver programa de tratamento de dependências de drogas;
- o) Propiciar o atendimento ambulatorial e ações promocionais de saúde a pessoas, transportando os pacientes para outros centros mais desenvolvidos, quando necessário;
- p) Melhorar a eficiência e amplitude nas ações de vigilância sanitária, com o combate intensivo às doenças transmissíveis e endêmicas;
- q) Assegurar a participação do município no consórcio público de saúde da microrregião de Acaraú.

**11 - ASSISTÊNCIA / PREVIDÊNCIA**

**Atividades / Projetos**

- a) Previdência do Regime Estatutário;
- b) Assistência a inativos e pensionistas.

**12 - TRANSPORTE**

**Atividades / Projetos**

- a) Assegurar a manutenção do Sistema Rodoviário Municipal;
- b) Construir e assegurar a manutenção das estradas vicinais, visando o desenvolvimento econômico do Município;
- c) Construir pontes e passagens molhadas.

CRUZ, 10 de junho de 2013.

  
**ODAIR JOSÉ MENDES DE VASCONCELOS**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

Prefeitura Municipal de Cruz  
ESTADO DO CEARÁ

# L D O

Lei de Diretrizes Orçamentárias

PARTE I

**Anexos de Riscos Fiscais**

Ano de Referência: 2014

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
<b>Passivos Contingentes</b>	<b>45.000,00</b>		<b>45.000,00</b>
DEMANDAS JUDICIAIS	30.000,00	ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS A PARTIR DA REDUÇÃO DE DOTAÇÃO DE DESPESAS DISCRICIONÁRIAS	30.000,00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15.000,00	ABRIR CRÉDITO ADICIONAL A PARTIR DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA.	15.000,00
<b>DEMAIS RISCOS FISCALIS PASSIVOS</b>		<b>PROVIDÊNCIAS</b>	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
<b>Demais Riscos Fiscais Passivos</b>	<b>111.000,00</b>		<b>111.000,00</b>
REAJUSTE DO SALÁRIO MÍNIMO	41.000,00	ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS A PARTIR DA REDUÇÃO DE DOTAÇÃO DE DESPESAS DISCRICIONÁRIAS	41.000,00
OUTROS RISCOS E EVENTOS FISCALIS IMPREVISTOS	70.000,00	ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS A PARTIR DA REDUÇÃO DE DOTAÇÃO DE DESPESAS DISCRICIONÁRIAS	70.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>156.000,00</b>		<b>156.000,00</b>

NOTA:

Passivo Contingentes: Obrigações em processos, ações trabalhistas, indenizações, desapropriações, etc.

Riscos Fiscais: Emergência, Calamidade pública, frustrações de arrecadação prevista, despesas planejadas a menor.

Eventos Fiscais Imprevistos: Extinção de tributos, ocorrência imprevista em execução de obra, campanhas não previstas.

Nota:

A reserva de contingência, alínea "b" do inciso III do art. 5º, destina-se ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, redução de despesas e cancelamento de dotações orçamentárias.

Cruz - CE, 10 de junho de 2013



Odair José Mendes de Vasconcelos

Prefeito Municipal

CONSELHO S/S

CRC P/J Nº 304

Prefeitura Municipal de Cruz  
ESTADO DO CEARÁ

**L D O**

**Lei de Diretrizes Orçamentárias**

**PARTE II**

**Anexos de Metas Fiscais**

Ano de Referência: 2014

# Prefeitura Municipal de Cruz

ESTADO DO CEARÁ  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS

## Demonstrativo I Metas Anuais - 2014

AMF - Tabela 1 (LRF, Art. 4º, §1º)

(R\$)

ESPECIFICAÇÃO	2014*			2015*			2016*		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b/PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c/PIB) x 100
Receita Total	45.360.000,00	43.406.698,56	41,845	49.669.200,00	45.483.574,09	40,056	54.636.120,00	47.877.446,41	39,534
Receitas Primárias ( I )	45.349.200,00	43.396.363,64	41,835	49.657.374,00	45.472.744,67	40,046	54.623.111,40	47.866.047,02	39,525
Despesa Total	45.360.000,00	43.406.698,56	41,845	49.669.200,00	45.483.574,09	40,056	54.636.120,00	47.877.446,41	39,534
Despesas Primárias ( II )	44.766.000,00	42.838.277,51	41,297	49.018.770,00	44.887.955,86	39,531	53.920.647,00	47.250.479,85	39,016
<b>Resultado Primário ( III ) = ( I - II )</b>	<b>583.200,00</b>	<b>558.086,12</b>	<b>0,538</b>	<b>638.604,00</b>	<b>584.788,81</b>	<b>0,515</b>	<b>702.464,40</b>	<b>615.567,17</b>	<b>0,508</b>
Resultado Nominal	-1.503.232,64	-1.438.500,14	-1,387	-1.770.251,06	-1.621.071,92	-1,428	-1.949.513,08	-1.708.351,69	-1,411
Dívida Pública Consolidada	628.639,27	601.568,68	0,580	546.916,16	500.827,51	0,441	481.286,22	421.749,48	0,348
Dívida Consolidada Líquida	-13.894.774,23	-13.296.434,67	-12,818	-15.665.025,29	-14.344.932,85	-12,633	-17.614.538,37	-15.435.560,16	-12,746
Receitas Primárias advindas de PPP (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Primárias geradas por PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impacto do saldo das PPP (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Nota:

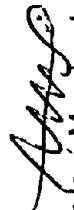
- O cálculo das metas acima descritas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:

VARIÁVEIS	2014	2015	2016
PIB real (crescimento % anual)	5,00	5,00	5,00
Taxa real de juro implícito sobre a dívida líquida do Governo (média % anual)	4,50	4,00	5,00
Câmbio (R\$/US\$ - Final do Ano)	1,99	1,99	1,99
Inflação média (% anual) projetada com base em índices oficiais de inflação	4,50	4,50	4,50
Projeção do PIB do Estado - R\$ milhares	108.400.000,00	124.000.000,00	138.200.000,00

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes:

2014	2015	2016
Valor corrente / Índice Deflação	Valor corrente / Índice Deflação	Valor corrente / Índice Deflação
<b>1,045</b>	<b>1,0920</b>	<b>1,1412</b>

Cruz - CE, 10 de junho de 2013

  
Odair José Mendes de Vasconcelos

Prefeito Municipal

CONASP/S

CRC P/J Nº 304

Prefeitura Municipal de Cruz

ESTADO DO CEARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior

2014

AMF - Tabela 2 (LRF, Art. 4º, §2º, inciso I)

(R\$)

ESPECIFICAÇÃO	I - Metas Previstas 2012 (a)	% PIB	II - Metas Realizadas 2012 (b)	% PIB	Variação ( II - I )	
					Valor ( c ) = ( b - a )	% (c/a) x 100
Receita Total	41.420.000,00	43,784	41.037.022,92	43,354	-382.977,08	-0,92
Receitas Primárias ( I )	41.420.000,00	43,784	41.019.102,92	43,335	-400.897,08	-0,97
Despesa Total	41.360.277,00	43,721	38.184.541,09	40,341	-3.175.735,91	-7,68
Despesas Primárias ( II )	41.360.277,00	43,721	37.575.583,43	39,697	-3.784.693,57	-9,15
Resultado Primário ( III )=( I - II )	<b>59.723,00</b>	0,063	<b>3.443.519,49</b>	3,638	<b>3.383.796,49</b>	<b>5.665,82</b>
Resultado Nominal	-3.464.571,20	-3,662	-3.985.219,77	-4,210	-520.648,57	15,03
Dívida Pública Consolidada	1.015.061,59	1,073	1.015.061,59	1,072	0,00	0,00
Dívida Consolidada Líquida	-7.948.022,45	-8,402	-7.948.022,45	-8,397	0,00	0,00

Nota:

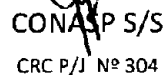
PIB Estadual Previsto e Realizado para 2012

ESPECIFICAÇÃO	VALOR - R\$
Previsão do PIB Estadual para 2012	94.600.000,00
Valor efetivo (realizado) do PIB Estadual para 2012	94.655.000,00

Cruz - CE, 10 de junho de 2013



Odair José Mendes de Vasconcelos  
Prefeito Municipal



CONASP S/S  
CRC P/J Nº 304



Prefeitura Municipal de Cruz

ESTADO DO CEARÁ  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
IV - Resultado Nominal  
Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

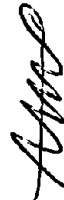
ESPECIFICAÇÃO	2011 (b)	2012 (c)	2013 (d)	2014* (e)	2015* (f)	2016* (g)
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA ( I )</b>	<b>1.409.554,05</b>	<b>1.015.061,59</b>	<b>730.975,89</b>	<b>628.639,27</b>	<b>546.916,16</b>	<b>481.286,22</b>
DEDUÇÕES ( II )	5.372.356,73	8.963.084,04	13.122.517,48	14.523.413,50	16.211.941,46	18.095.824,60
Ativo Disponível	8.616.751,82	11.052.898,34	14.177.797,42	15.312.021,21	16.766.663,23	18.443.329,55
Haveres Financeiros	85.975,82	215.589,73	540.604,69	583.853,07	639.319,11	703.251,02
( - ) Restos a Pagar Processados	3.330.370,91	2.305.404,03	1.595.884,63	1.372.460,78	1.194.040,88	1.050.755,97
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA ( III ) = ( I - II )</b>	<b>(3.962.802,68)</b>	<b>(7.948.022,45)</b>	<b>(12.391.541,59)</b>	<b>(13.894.774,23)</b>	<b>(15.665.025,29)</b>	<b>(17.614.538,37)</b>
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES ( IV )	-	-	-	-	-	-
PASSIVOS RECONHECIDOS ( V )	-	-	-	-	-	-
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA ( III + IV - V )</b>	<b>(3.962.802,68)</b>	<b>(7.948.022,45)</b>	<b>(12.391.541,59)</b>	<b>(13.894.774,23)</b>	<b>(15.665.025,29)</b>	<b>(17.614.538,37)</b>
<b>RESULTADO NOMINAL</b>	<b>(b - a*)</b>	<b>(c - b)</b>	<b>(d - c)</b>	<b>(e - d)</b>	<b>(f - e)</b>	<b>(g - f)</b>
	-	<b>(3.985.219,77)</b>	<b>(4.443.519,14)</b>	<b>(1.503.232,64)</b>	<b>(1.770.251,06)</b>	<b>(1.949.513,08)</b>

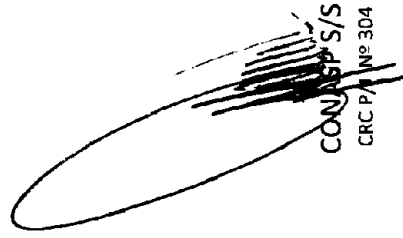
\* Refere-se ao valor previsto da Dívida Consolidada Líquida do exercício financeiro anterior ao exercício de 2011

Notas:

- O cálculo da Metas Anuais relativas ao resultado Nominal foi efetuado em conformidade com a metodologia estabelecida pelo Governo Federal, normatizada pela STN - Secretaria do Tesouro Nacional.

Cruz - CE, 10 de junho de 2013

  
Odair José Mendes de Vasconcelos  
Prefeito Municipal

  
CONJUSP/S/S  
CRC PA/ Nº 304

Prefeitura Municipal de Cruz

ESTADO DO CEARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores

2014

AMF - Tabela 3 (LRF, Art. 4º, §2º, inciso II)

(R\$)

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2011	2012	%	2013	%	2014*	%	2015*	%	2016*	%
Receita Total	40.763.295,14	41.037.022,92	0,7	42.000.000,00	2,3	45.360.000,00	8,0	49.669.200,00	9,5	54.636.120,00	10,0
Receitas Primárias ( I )	40.763.295,14	41.019.102,92	0,6	41.990.000,00	2,4	45.349.200,00	8,0	49.657.374,00	9,5	54.623.111,40	10,0
Despesa Total	29.077.619,19	38.184.541,09	31,3	42.000.000,00	10,0	45.360.000,00	8,0	49.669.200,00	9,5	54.636.120,00	10,0
Despesas Primárias ( II )	28.457.607,38	37.575.583,43	32,0	41.450.000,00	10,3	44.766.000,00	8,0	49.018.770,00	9,5	53.920.647,00	10,0
<b>Resultado Primário ( III ) = ( I - II )</b>	<b>12.305.687,76</b>	<b>3.443.519,49</b>	<b>-72,0</b>	<b>540.000,00</b>	<b>-84,3</b>	<b>583.200,00</b>	<b>8,0</b>	<b>638.604,00</b>	<b>9,5</b>	<b>702.464,40</b>	<b>10,0</b>
Resultado Nominal	0,00	-3.985.219,77	-	-4.443.519,14	11,5	-1.503.232,64	-66,2	-1.770.251,06	17,8	-1.949.513,08	10,1
Dívida Pública Consolidada	1.409.554,05	1.015.061,59	-28,0	730.975,89	-28,0	628.639,27	-14,0	546.916,16	-13,0	481.286,22	-12,0
Dívida Consolidada Líquida	-3.962.802,68	-7.948.022,45	100,6	-12.391.541,59	55,9	-13.894.774,23	12,1	-15.665.025,29	12,7	-17.614.538,37	12,4

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2011	2012	%	2013	%	2014*	%	2015*	%	2016*	%
Receita Total	44.514.537,38	42.883.688,95	-3,7	42.000.000,00	-2,1	43.406.698,56	3,3	45.483.574,09	4,8	47.877.446,41	5,3
Receitas Primárias ( I )	44.514.537,38	42.864.962,55	-3,7	41.990.000,00	-2,0	43.396.363,64	3,3	45.472.744,67	4,8	47.866.047,02	5,3
Despesa Total	31.753.487,10	39.902.845,44	25,7	42.000.000,00	5,3	43.406.698,56	3,3	45.483.574,09	4,8	47.877.446,41	5,3
Despesas Primárias ( II )	31.076.418,70	39.266.484,68	26,4	41.450.000,00	5,6	42.838.277,51	3,3	44.887.955,86	4,8	47.250.479,85	5,3
<b>Resultado Primário ( III ) = ( I - II )</b>	<b>13.438.118,68</b>	<b>3.598.477,87</b>	<b>-73,2</b>	<b>540.000,00</b>	<b>-85,0</b>	<b>558.086,12</b>	<b>3,3</b>	<b>584.788,81</b>	<b>4,8</b>	<b>615.567,17</b>	<b>5,3</b>
Resultado Nominal	0,00	-4.164.554,66	-	-4.443.519,14	6,7	-1.438.500,14	-67,6	-1.621.071,92	12,7	-1.708.351,69	5,4
Dívida Pública Consolidada	1.539.268,26	1.060.739,36	-31,1	730.975,89	-31,1	601.568,68	-17,7	500.827,51	-16,7	421.749,48	-15,8
Dívida Consolidada Líquida	-4.327.479,60	-8.305.683,46	91,9	-12.391.541,59	49,2	-13.296.434,67	7,3	-14.344.932,85	7,9	-15.435.560,16	7,6

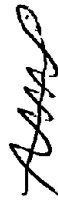
Nota:

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes

	ÍNDICES DE INFLAÇÃO		
	2012	2013	2014*
2011	4,50	4,50	2016*
4,50	4,50	4,50	4,50
VALORES DE REFERÊNCIA			
Valor x Índice	Valor x Índice	Valor / Índice	Valor / Índice
1,0450	1,000	1,0450	1,1412

\* inflação Média (% anual) projetada com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgado pelo IBGE

Cruz - CE, 10 de junho de 2013



Odair José Mendes de Vasconcelos

Prefeito Municipal

CONASP S/S

CRC P/1 Nº 304

**Prefeitura Municipal de Cruz**

ESTADO DO CEARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido

2014

AMF - Tabela 4 (LRF, Art. 4º, §2º, inciso III)

(R\$)

<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>2012</b>	<b>%</b>	<b>2011</b>	<b>%</b>	<b>2010</b>	<b>%</b>
Patrimônio / Capital	15.960.267,34	100,00	18.987.994,01	100,00	15.267.423,96	100,00
Reservas		0,00		0,00		0,00
Resultado Acumulado		0,00		0,00		0,00
<b>TOTAL</b>	<b>15.960.267,34</b>	<b>100,00</b>	<b>18.987.994,01</b>	<b>100,00</b>	<b>15.267.423,96</b>	<b>100,00</b>

**REGIME PREVIDENCIÁRIO**

(R\$)

<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>2012</b>	<b>%</b>	<b>2011</b>	<b>%</b>	<b>2010</b>	<b>%</b>
Patrimônio / Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte:

Cruz - CE, 10 de junho de 2013

  
Odair José Mendes de Vasconcelos  
Prefeito Municipal

  
CONASP S/S  
CRC P/J nº 304

**Prefeitura Municipal de Cruz**

ESTADO DO CEARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos

2014

AMF - Demonstrativo V (LRF, Art. 4º, §2º, inciso III)

(R\$)

RECEITAS REALIZADAS	2012 (a)	2011 (b)	2010 (c)
RECEITA DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	17.920,00	0,00	40.500,00
Alienação de Bens Móveis	17.920,00	0,00	40.500,00
Alienação de Bens Imóveis			


DESPESAS EXECUTADAS	2012 (d)	2011 (e)	2010 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES PREVIDENCIÁRIOS	0,00	0,00	0,00
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regimes Próprios de Previdência dos Servidores	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO	2012	2011	2010
	(g) = ((Ia-IIId) + IIIh)	(h) = ((Ib-IIe) + IIIi)	(I) = (Ic - IIf)
Valor (III)	58.420,00	40.500,00	40.500,00

Fonte:

Cruz - CE, 10 de junho de 2013

  
**Odair José Mendes de Vasconcelos**  
 Prefeito Municipal

  
**CONASP S/S**  
 CRC P/J nº 304

Prefeitura Municipal de Cruz

ESTADO DO CEARÁ  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo VI - Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores

2014

AMF - Demonstrativo VI (LRF, Art. 4º, §2º, inciso IV, Alínea "a")

RECEITAS		2010	2011	2012	(R\$)
<b>RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS( EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS ) (I)</b>					
<b>RECEITAS CORRENTES</b>					
Receita de Contribuições dos Segurados		0,00	0,00	1.519.662,12	1.519.662,12
Pessoal Civil		0,00	0,00	901.937,33	901.937,33
Pessoal Militar					
Outras Receitas de Contribuições				617.724,79	617.724,79
Receita Patrimonial					
Receita de Serviços					
<b>Outras Receitas Correntes</b>		0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária entre RGPS e RPPS					
Demais Receitas Correntes					
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>		0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos					
Amortização de Empréstimos					
Outras Receitas de Capital					
<b>RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>		0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS CORRENTES</b>		0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições		0,00	0,00	0,00	0,00
Patronal					
Pessoal Civil					
Pessoal Militar					
Para Cobertura de Déficit Atuarial					
Em Regime de Débitos e Parcelamentos					
Receita Patrimonial					
Receita de Serviços					
Outras Receitas Correntes					
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>					
<b>(-) DEDUÇÕES DA RECEITA</b>					
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS ( III ) = ( I + II )</b>		-	-	1.519.662,12	1.519.662,12

*AMF*

Prefeitura Municipal de Cruz

ESTADO DO CEARÁ  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
 ANEXO DE METAS FISCAIS  
 Demonstrativo VI - Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores  
 2014

AMF - Demonstrativo VI (LRF, Art. 4º, §2º, inciso IV, Alínea "a")


(R\$)

DESPESAS	2010	2011	2012
<b>DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)</b>			
<b>ADMINISTRAÇÃO</b>			
Despesas Correntes	0,00	0,00	215.608,89
Despesas de Capital	0,00	0,00	59.202,36
<b>PREVIDÊNCIA</b>			
Pessoal Civil	0,00	0,00	57.702,36
Pessoal Militar			1.500,00
<b>Outras Despesas Previdenciárias</b>			
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	156.406,53
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	156.406,53
<b>DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)</b>			
<b>ADMINISTRAÇÃO</b>			
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI) = (IV + V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>215.608,89</b>
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.304.053,23</b>
<b>SALDO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS DO RPPS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.304.053,23</b>

Nota:

O saldo das disponibilidades financeiras do exercício anterior ao exercício de 2010 era R\$ >>

Cruz - CE, 10 de junho de 2013

  
 Odaír José Mendes de Vasconcelos  
 Prefeito Municipal

CONV. S/S  
 CRC P/A Nº 304

Prefeitura Municipal de Cruz

ESTADO DO CEARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos

2014

AMF - Demonstrativo VI (LRF, Art. 4º, §2º, inciso IV, Alínea "a")

(R\$)

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
2012	1.519.663,12	215.608,89	1.304.054,23	2.608.107,46
2013	1.550.056,38	219.921,07	1.330.135,31	3.938.242,77
2014	1.581.057,51	224.319,49	1.356.738,02	5.294.980,80
2015	1.612.678,66	228.805,88	1.383.872,78	6.678.853,58
2016	1.644.932,23	233.382,00	1.411.550,24	8.090.403,81
2017	1.677.830,88	238.049,64	1.439.781,24	9.530.185,06
2018	1.711.387,50	242.810,63	1.468.576,87	10.998.761,92
2019	1.745.615,25	247.666,84	1.497.948,40	12.496.710,33
2020	1.780.527,55	252.620,18	1.527.907,37	14.024.617,70
2021	1.816.138,10	257.672,58	1.558.465,52	15.583.083,22
2022	1.852.460,86	262.826,03	1.589.634,83	17.172.718,05
2023	1.889.510,08	268.082,55	1.621.427,53	18.794.145,57
2024	1.927.300,28	273.444,21	1.653.856,08	20.448.001,65
2025	1.965.846,29	278.913,09	1.686.933,20	22.134.934,85
2026	2.005.163,21	284.491,35	1.720.671,86	23.855.606,71
2027	2.045.266,48	290.181,18	1.755.085,30	25.610.692,01
2028	2.086.171,81	295.984,80	1.790.187,01	27.400.879,02
2029	2.127.895,24	301.904,50	1.825.990,75	29.226.869,76
2030	2.170.453,15	307.942,59	1.862.510,56	31.089.380,32
2031	2.213.862,21	314.101,44	1.899.760,77	32.989.141,09
2032	2.258.139,46	320.383,47	1.937.755,99	34.926.897,08
2033	2.303.302,25	326.791,14	1.976.511,11	36.903.408,19
2034	2.349.368,29	333.326,96	2.016.041,33	38.919.449,52
2035	2.396.355,66	339.993,50	2.056.362,16	40.975.811,67
2036	2.444.282,77	346.793,37	2.097.489,40	43.073.301,07
2037	2.493.168,42	353.729,24	2.139.439,19	45.212.740,26
2038	2.543.031,79	360.803,82	2.182.227,97	47.394.968,23
2039	2.593.892,43	368.019,90	2.225.872,53	49.620.840,76
2040	2.645.770,28	375.380,30	2.270.389,98	51.891.230,74
2041	2.698.685,68	382.887,90	2.315.797,78	54.207.028,52
2042	2.752.659,40	390.545,66	2.362.113,74	56.569.142,26
2043	2.807.712,58	398.356,57	2.409.356,01	58.978.498,27
2044	2.863.866,84	406.323,71	2.457.543,13	61.436.041,40
2045	2.921.144,17	414.450,18	2.506.693,99	63.942.735,39
2046	2.979.567,06	422.739,18	2.556.827,87	66.499.563,26
2047	3.039.158,40	431.193,97	2.607.964,43	69.107.527,69
2048	3.099.941,57	439.817,85	2.660.123,72	71.767.651,41
2049	3.161.940,40	448.614,20	2.713.326,19	74.480.977,61
2050	3.225.179,20	457.586,49	2.767.592,72	77.248.570,33
2051	3.289.682,79	466.738,22	2.822.944,57	80.071.514,90
2052	3.355.476,44	476.072,98	2.879.403,46	82.950.918,36
2053	3.422.585,97	485.594,44	2.936.991,53	85.887.909,89
2054	3.491.037,69	495.306,33	2.995.731,36	88.883.641,26
2055	3.560.858,45	505.212,46	3.055.645,99	91.939.287,25

Prefeitura Municipal de Cruz

ESTADO DO CEARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos

2014

AMF - Demonstrativo VI (LRF, Art. 4º, §2º, inciso IV, Alínea "a")

(R\$)

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
2056	3.632.075,62	515.316,71	3.116.758,91	95.056.046,16
2057	3.704.717,13	525.623,04	3.179.094,09	98.235.140,25
2058	3.778.811,47	536.135,50	3.242.675,97	101.477.816,22
2059	3.854.387,70	546.858,21	3.307.529,49	104.785.345,71
2060	3.931.475,45	557.795,37	3.373.680,08	108.159.025,79
2061	4.010.104,96	568.951,28	3.441.153,68	111.600.179,47
2062	4.090.307,06	580.330,31	3.509.976,75	115.110.156,22
2063	4.172.113,20	591.936,91	3.580.176,29	118.690.332,51
2064	4.255.555,47	603.775,65	3.651.779,82	122.342.112,33
2065	4.340.666,58	615.851,16	3.724.815,41	126.066.927,74
2066	4.427.479,91	628.168,19	3.799.311,72	129.866.239,46
2067	4.516.029,51	640.731,55	3.875.297,95	133.741.537,41
2068	4.606.350,10	653.546,18	3.952.803,91	137.694.341,33
2069	4.698.477,10	666.617,11	4.031.859,99	141.726.201,32
2070	4.792.446,64	679.949,45	4.112.497,19	145.838.698,51
2071	4.888.295,57	693.548,44	4.194.747,14	150.033.445,65
2072	4.986.061,48	707.419,41	4.278.642,08	154.312.087,72
2073	5.085.782,71	721.567,79	4.364.214,92	158.676.302,64
2074	5.187.498,37	735.999,15	4.451.499,22	163.127.801,86
2075	5.291.248,34	750.719,13	4.540.529,20	167.668.331,07
2076	5.397.073,30	765.733,52	4.631.339,79	172.299.670,85
2077	5.505.014,77	781.048,19	4.723.966,58	177.023.637,43
2078	5.615.115,06	796.669,15	4.818.445,91	181.842.083,35
2079	5.727.417,37	812.602,53	4.914.814,83	186.756.898,18
2080	5.841.965,71	828.854,58	5.013.111,13	191.770.009,31
2081	5.958.805,03	845.431,68	5.113.373,35	196.883.382,66
2082	6.077.981,13	862.340,31	5.215.640,82	202.099.023,48
2083	6.199.540,75	879.587,12	5.319.953,64	207.418.977,12
2084	6.323.531,57	897.178,86	5.426.352,71	212.845.329,82
2085	6.450.002,20	915.122,43	5.534.879,76	218.380.209,59
2086	6.579.002,24	933.424,88	5.645.577,36	224.025.786,94
2087	6.710.582,29	952.093,38	5.758.488,90	229.784.275,85

Fonte:

Cruz - CE, 10 de junho de 2013

  
 Odair José Mendes de Vasconcelos  
 Prefeito Municipal

  
 CONASP S/S  
 CRC P/A Nº 304



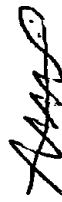
Prefeitura Municipal de Cruz

ESTADO DO CEARÁ  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
 ANEXO DE METAS FISCAIS  
 Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita  
 2014

AMF - Demonstrativo VII (LRF, Art. 4º, §2º, inciso V)

TRIBUTOS	MODALIDADE	SETORES/PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2014	2015	2016	
MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA	IPTU/DÍVIDA ATIVA/TAXAS	CONTRIBUINTE	3.500,00	3.700,00	4.100,00	AUMENTO DA ARRECADADAÇÃO JÁ PREVISTO NA LOA
<b>TOTAL</b>			<b>3.500,00</b>	<b>3.700,00</b>	<b>4.100,00</b>	

Cruz - CE, 10 de junho de 2013



Odair José Mendes de Vasconcelos

Prefeito Municipal

COMISSÃO

CRC P/I Nº 304

# Prefeitura Municipal de Cruz

ESTADO DO CEARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado

2014

AMF - Demonstrativo VIII (LRF, Art. 4º, §2º, Inciso V)

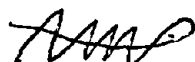
(R\$)

EVENTOS	Valor Previsto para 2014
Aumento Permanente da Receita	0,00
(-) Transferências Constitucionais	0,00
(-) Transferências ao FUNDEB	0,00
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	0,00
Redução Permanente de Despesa (II)	0,00
Margem Bruta (III) = ( I + II )	0,00
Saldo Utilizado de Margem Bruta ( IV )	0,00
Impacto de Novas DOCC	0,00
Margem Líquida de Expansão de DOCC ( V ) = ( III - IV )	0,00

Notas:


As despesas de caráter obrigatório referido na LRF, no caso desta Lei de Diretrizes Orçamentárias não estão sendo previstas por conta do orçamento já está sob controle com relação às metas fiscais, ficando a sua expansão já limitada ao crescimento das receitas, inclusive de convênios.

Cruz - CE, 10 de junho de 2013



Odair José Mendes de Vasconcelos

Prefeito Municipal



CONATA/S/S  
CRC P/J Nº 304

Prefeitura Municipal de Cruz  
ESTADO DO CEARÁ

**L D O**

**Lei de Diretrizes Orçamentárias**

**Demonstrativos de Memória e Metodologia de Cálculos das Metas Fiscais**

Ano de Referência: 2014

Prefeitura Municipal de Cruz

ESTADO DO CEARÁ  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS  
I - RECEITAS

Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

(R\$)

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA		ORÇADA	PREVISÃO		
	2011	2012		2014*	2015*	
	2013	2014*		2015*	2016*	
RECEITAS CORRENTES	44.464.105,86	41.331.658,40	41.805.000,00	45.149.400,00	49.438.593,00	54.382.452,30
RECEITA TRIBUTÁRIA	901.521,56	1.832.160,93	855.000,00	923.400,00	1.011.123,00	1.112.235,30
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	71.943,72	1.308.678,93	1.360.000,00	1.468.800,00	1.608.336,00	1.769.169,60
RECEITA PATRIMONIAL	251.888,00	1.688.506,67	745.000,00	804.600,00	881.037,00	969.140,70
Aplicações Financeiras				0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	251.888,00	1.688.506,67	745.000,00	804.600,00	881.037,00	969.140,70
RECEITA AGROPECUÁRIA				0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL				0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	25.862,13	134.771,43	40.000,00	43.200,00	47.304,00	52.034,40
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	43.028.705,47	35.537.074,26	38.682.000,00	41.776.560,00	45.745.333,20	50.319.866,52
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	184.184,98	830.466,18	123.000,00	132.840,00	145.459,80	160.005,78
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	1.958.442,98	2.645.000,00	2.856.600,00	3.127.977,00	3.440.774,70
OPERAÇÕES DE CRÉDITO				0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS		17.920,00	10.000,00	10.800,00	11.826,00	13.008,60
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS				0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		1.940.522,98	2.625.000,00	2.835.000,00	3.104.325,00	3.414.757,50
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL			10.000,00	10.800,00	11.826,00	13.008,60
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	783.670,46	1.120.000,00	1.209.600,00	1.324.512,00	1.456.963,20
RECEITAS TRIBUTÁRIA INTRA-ORÇAMENTÁRIA				0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CONTRIB. INTRA-ORÇAMENTÁRIA		783.670,46	1.120.000,00	1.209.600,00	1.324.512,00	1.456.963,20
RECEITAS PATRIMONIAL INTRA-ORÇAMENTÁRIA				0,00	0,00	0,00
RECEITAS AGROPECUÁRIA INTRA-ORÇAMENTÁRIA				0,00	0,00	0,00
RECEITAS INDUSTRIAL INTRA-ORÇAMENTÁRIA				0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE SERVIÇOS INTRA-ORÇAMENTÁRIA				0,00	0,00	0,00
OUTRAS REC. CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIA				0,00	0,00	0,00

*Ass*

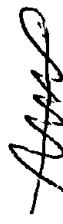
Prefeitura Municipal de Cruz

ESTADO DO CEARÁ  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
 METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS  
 I - RECEITAS  
 Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

(R\$)

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA		ORÇADA	PREVISÃO		
	2011	2012		2013	2014*	2015*
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTRA-ORÇAMENTÁRIA				0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS INTRA-ORÇAMENTÁRIA				0,00	0,00	0,00
AMORTIZ.DE EMPRESTIMO INTRA-ORÇAMENTÁRIA				0,00	0,00	0,00
OUTRAS REC.DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIA				0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES DAS RECEITAS CORRENTES	-3.700.810,72	-3.036.748,92	-3.570.000,00	-3.855.600,00	-4.221.882,00	-4.644.070,20
DEDUÇÕES DA RECEITA DE TRANSF. CORRENTES	-3.700.810,72	-3.036.748,92	-3.570.000,00	-3.855.600,00	-4.221.882,00	-4.644.070,20
<b>Total</b>	<b>40.763.295,14</b>	<b>41.037.022,92</b>	<b>42.000.000,00</b>	<b>45.360.000,00</b>	<b>49.669.200,00</b>	<b>54.636.120,00</b>

Cruz - CE, 10 de junho de 2013



Odair José Mendes de Vasconcelos  
 Prefeito Municipal

CONASP S/S  
 CRC P/J/Nº 304

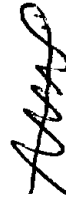
Prefeitura Municipal de Cruz

ESTADO DO CEARÁ  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS  
II - Despesas  
Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

(R\$)

CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESAS	EXECUTADA		ORÇADA		PREVISÃO		
	2011	2012	2013	2014*	2015*	2016*	
DESPESAS CORRENTES ( I )	21.097.721,65	32.466.942,60	33.583.000,00	36.269.640,00	39.715.255,80	43.686.781,38	
Pessoal e Encargos Sociais	20.574.787,00	20.239.018,21	18.275.000,00	19.737.000,00	21.612.015,00	23.773.216,50	
Aplicações Diretas	20.574.787,00	20.239.018,21	17.265.000,00	18.646.200,00	20.417.589,00	22.459.347,90	
Aplicações Diretas-Órgãos,Fundos Entidades			1.010.000,00	1.090.800,00	1.194.426,00	1.313.868,60	
Juros e Encargos da Dívida	22.168,27	-	-	-	-	-	
Aplicações Diretas	22.168,27						
Aplicações Diretas-Órgãos,Fundos Entidades							
Outras Despesas Correntes	500.766,38	12.227.924,39	15.308.000,00	16.532.640,00	18.103.240,80	19.913.564,88	
Aplicações Diretas	500.766,38	12.227.924,39	15.308.000,00	16.532.640,00	18.103.240,80	19.913.564,88	
Aplicações Diretas-Órgãos,Fundos Entidades							
DESPESA DE CAPITAL ( II )							
Investimentos	7.979.897,54	5.717.598,49	7.234.000,00	7.812.720,00	8.554.928,40	9.410.421,24	
Aplicações Diretas	7.382.054,00	5.108.640,83	6.574.000,00	7.099.920,00	7.774.412,40	8.551.853,64	
Aplicações Diretas-Órgãos,Fundos Entidades	7.382.054,00	5.108.640,83	6.574.000,00	7.099.920,00	7.774.412,40	8.551.853,64	
Inversões Financeiras	-	-	110.000,00	118.800,00	130.086,00	143.094,60	
Aplicações Diretas	-	-	110.000,00	118.800,00	130.086,00	143.094,60	
Aplicações Diretas-Órgãos,Fundos Entidades							
Transferência de Capital							
Amortização da Dívida	597.843,54	608.957,66	550.000,00	594.000,00	650.430,00	715.473,00	
Aplicações Diretas	597.843,54	608.957,66	440.000,00	475.200,00	520.344,00	572.378,40	
Aplicações Diretas-Órgãos,Fundos Entidades			110.000,00	118.800,00	130.086,00	143.094,60	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA ( III )			1.183.000,00	1.277.640,00	1.399.015,80	1.538.917,38	
<b>Total</b>	<b>29.077.619,19</b>	<b>38.184.541,09</b>	<b>42.000.000,00</b>	<b>45.360.000,00</b>	<b>49.569.200,00</b>	<b>54.636.120,00</b>	

Cruz - CE, 10 de junho de 2013



Odair José Mendes de Vasconcelos  
Prefeito Municipal

CONAP S/S  
CRC P/J Nº 304

**Prefeitura Municipal de Cruz**

ESTADO DO CEARÁ  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
 METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS  
 V - Montante da Dívida Pública  
 Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÃO	2011	2012	2013	2014*	2015*	2016*
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA ( I )</b>	<b>1.409.554,05</b>	<b>1.015.061,59</b>	<b>730.975,89</b>	<b>628.639,27</b>	<b>546.916,16</b>	<b>481.286,22</b>
Dívida Mobiliária	1.409.554,05	1.015.061,59	730.975,89	628.639,27	546.916,16	481.286,22
Outras Dívidas						
<b>DEDUÇÕES ( II )</b>	<b>5.372.356,73</b>	<b>8.963.084,04</b>	<b>13.122.517,48</b>	<b>14.523.413,50</b>	<b>16.211.941,46</b>	<b>18.095.824,60</b>
Ativo Disponível	8.616.751,82	11.052.898,34	14.177.797,42	15.312.071,21	16.766.663,23	18.443.329,55
Haveres Financeiros	85.975,82	215.589,73	540.604,69	583.853,07	639.319,11	703.251,02
( - ) Restos a Pagar	3.330.370,91	2.305.404,03	1.595.884,63	1.372.460,78	1.194.040,88	1.050.755,97
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA</b>	<b>(3.962.802,68)</b>	<b>(7.948.022,45)</b>	<b>(12.391.541,59)</b>	<b>(13.894.774,23)</b>	<b>(15.665.025,29)</b>	<b>(17.614.538,37)</b>

Notas:

O cálculo realizado para o exercício de 2013 foi projetado com base na variação percentual de 2012 em relação à variação do ano de 2011

*Assinado*  
 Odair José Mendes de Vasconcelos  
 CRCPAJ Nº 304

Cruz - CE, 10 de junho de 2013

Odair José Mendes de Vasconcelos  
 Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Cruz  
 ESTADO DO CEARÁ  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
 METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS  
 III - Resultado Primário  
 Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÃO	2011	2012	2013	2014*	2015*	2016*
RECEITAS CORRENTES ( I )	40.763.295,14	39.078.579,94	39.355.000,00	42.503.400,00	46.541.223,00	51.195.345,30
RECEITAS CORRENTES (EXCETO INTRA)	44.464.105,86	41.331.658,40	41.805.000,00	45.149.400,00	49.438.593,00	54.382.452,30
Receitas Tributárias	901.521,56	1.832.160,93	855.000,00	923.400,00	1.011.123,00	1.112.235,30
Receita de Contribuição	71.943,72	1.308.678,93	1.360.000,00	1.468.800,00	1.608.336,00	1.769.169,60
Receita Patrimonial	251.888,00	1.688.506,67	745.000,00	804.600,00	881.037,00	969.140,70
Aplicações Financeiras ( II )	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	251.888,00	1.688.506,67	745.000,00	804.600,00	881.037,00	969.140,70
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	25.862,13	134.771,43	40.000,00	43.200,00	47.304,00	52.034,40
Transferências Correntes	43.028.705,47	35.537.074,26	38.682.000,00	41.776.560,00	45.745.333,20	50.319.866,52
Outras Receitas Correntes	184.184,98	830.466,18	123.000,00	132.840,00	145.459,80	160.005,78
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	783.670,46	1.120.000,00	1.209.600,00	1.324.512,00	1.456.963,20
DEDUÇÕES DAS RECEITAS CORRENTES	-3.700.810,72	-3.036.748,92	-3.570.000,00	-3.855.600,00	-4.221.882,00	-4.644.070,20
RECEITAS FISCAIS CORRENTES ( III ) = ( I - II )	40.763.295,14	39.078.579,94	39.355.000,00	42.503.400,00	46.541.223,00	51.195.345,30
RECEITAS DE CAPITAL ( IV )	0,00	1.958.442,98	2.645.000,00	2.856.600,00	3.127.977,00	3.440.774,70
Operações de Crédito ( V )	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens ( VI )	0,00	17.920,00	10.000,00	10.800,00	11.826,00	13.008,60
Amortizações de Empréstimos ( VII )	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	1.940.522,98	2.625.000,00	2.835.000,00	3.104.325,00	3.414.757,50
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	10.000,00	10.800,00	11.826,00	13.008,60
Receitas Fiscais de Capital ( VIII ) = ( IV - V - VI - VII )	0,00	1.940.522,98	2.635.000,00	2.845.800,00	3.116.151,00	3.427.766,10
RECEITAS NÃO-FINANCEIRAS (OU RECEITAS FISCAIS LÍQUIDAS ( IX ) = ( III + VIII )	40.763.295,14	41.019.102,92	41.990.000,00	45.349.200,00	49.657.374,00	54.623.111,40
RECEITA TOTAL	40.763.295,14	41.037.022,92	42.000.000,00	45.360.000,00	49.669.200,00	54.636.120,00

*AAA*



Prefeitura Municipal de Cruz

ESTADO DO CEARÁ  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS  
III - Resultado Primário  
Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÃO	2011	2012	2013	2014*	2015*	2016*
<b>DESPESAS CORRENTES ( X )</b>	<b>21.097.721,65</b>	<b>32.466.942,60</b>	<b>33.583.000,00</b>	<b>36.269.640,00</b>	<b>39.715.255,80</b>	<b>43.686.781,38</b>
Pessoal e Encargos Sociais	20.574.787,00	20.239.018,21	18.275.000,00	19.737.000,00	21.612.015,00	23.773.216,50
Juros e Encargos da Dívida ( XI )	22.168,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	500.766,38	12.227.924,39	15.308.000,00	16.532.640,00	18.103.240,80	19.913.564,88
<b>DESPESAS FISCAIS CORRENTES ( XII ) = ( X - XI )</b>	<b>21.075.553,38</b>	<b>32.466.942,60</b>	<b>33.583.000,00</b>	<b>36.269.640,00</b>	<b>39.715.255,80</b>	<b>43.686.781,38</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL ( XIII )</b>	<b>7.979.897,54</b>	<b>5.717.598,49</b>	<b>7.234.000,00</b>	<b>7.812.720,00</b>	<b>8.554.928,40</b>	<b>9.410.421,24</b>
Investimentos	7.382.054,00	5.108.640,83	6.574.000,00	7.099.920,00	7.774.412,40	8.551.853,64
Inversões Financeiras	0,00	0,00	110.000,00	118.800,00	130.086,00	143.094,60
Transferência de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida ( XIV )	597.843,54	608.957,66	550.000,00	594.000,00	650.430,00	715.473,00
<b>DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL ( XV ) = ( XIII - XIV )</b>	<b>7.382.054,00</b>	<b>5.108.640,83</b>	<b>6.684.000,00</b>	<b>7.218.720,00</b>	<b>7.904.498,40</b>	<b>8.694.948,24</b>
RESERVA DE CONTIGÊNCIA ( XVI )	0,00	0,00	1.183.000,00	1.277.640,00	1.399.015,80	1.538.917,38
<b>DESPESAS NÃO-FINANÇEIRAS (OU DESPESAS FISCAIS LÍQUIDAS) ( XVII ) = ( XII + XV + XVI )</b>	<b>28.457.607,38</b>	<b>37.575.583,43</b>	<b>41.450.000,00</b>	<b>44.766.000,00</b>	<b>49.018.770,00</b>	<b>53.920.647,00</b>
<b>DESPESA TOTAL</b>	<b>29.077.619,19</b>	<b>38.184.541,09</b>	<b>42.000.000,00</b>	<b>45.360.000,00</b>	<b>49.669.200,00</b>	<b>54.636.120,00</b>
Resultado Primário ( IX - XVII )	12.305.687,76	3.443.519,49	540.000,00	583.200,00	638.604,00	702.464,40

Cruz - CE, 10 de junho de 2013



Odair José Mendes de Vasconcelos  
Prefeito Municipal

CONSP S/S  
CRC PA Nº 304